

Caminhos e descaminhos da educação infantil: dilemas de uma educadora paraense

Maria do Socorro Castro Hage

Introdução


Esta dissertação está centrada em um estudo sobre a minha história de vida enquanto educadora e pesquisadora no campo da Educação Infantil. Ela tem por objetivo resgatar os dilemas e conflitos que vivenciei em minhas atividades profissionais nesta escola; e investigar com a perspectiva de analisar os caminhos e descaminhos que hoje este campo educacional enfrenta na busca de sua identidade própria.

Entre as questões abordadas neste trabalho, procuramos dar ênfase no aprofundamento das concepções e tendências presentes na Educação Infantil, e na análise das legislações e diretrizes presentes nas políticas públicas vigentes para este campo, elucidando tais questões a partir do resgate de minha história de vida enquanto educadora e pesquisadora nesta etapa escolar.

Complementando a utilização da História de Vida neste estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre esta temática e uma análise documental das legislações e diretrizes políticas mais recentes para o âmbito da Educação Infantil.

O primeiro capítulo desta dissertação explicita de forma sistemática, os pressupostos metodológicos desta pesquisa. Além disso, nele podemos encontrar subsídios teóricos que favoreçam uma compreensão crítica acerca da origem e da utilização da história de vida na pesquisa educacional.

O segundo capítulo deste estudo apresenta o resgate de minha prática educativa como professora da pré-escola no Estado do Pará,



Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, N.º 6, V. 2, 2006

onde desenvolvo minhas atividades profissionais. Ele é fundamental para a compreensão desta pesquisa como um todo, pois apresenta de forma sistemática, as motivações que me levaram a desenvolver cada um dos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo deste estudo, constitui-se em uma análise das principais tendências que orientam as concepções e práticas educativas presentes no campo da Educação Infantil, referenciada pelos dilemas e conflitos que vivenciei ao atuar como educadora nesta etapa escolar.

CAPÍTULO I

Os Pressupostos Metodológicos desta Pesquisa

As dificuldades apresentadas pelos métodos tradicionais de pesquisa em educação, pautadas nas dimensões racionais e quantitativas para compreender e interpretar o fenômeno escolar e explicar os diversos paradigmas presentes em seu cotidiano, têm incentivado cada vez mais os pesquisadores desta área a buscarem alternativas metodológicas que priorizem os aspectos qualitativos e favoreçam uma relação mais próxima e mais humana com o dia-a-dia da escola.

Fundamentados nesta referência decidimos utilizar a História de Vida como o caminho metodológico para desenvolver a nossa pesquisa. Pretendemos a partir de sua utilização contrapor-nos à ação de especialistas na educação, que nas últimas décadas, têm racionalizado o ensino e procurado controlar a priori os fatores aleatórios e imprevisíveis do ato educativo, expurgando o cotidiano pedagógico de todas as práticas, de todos os tempos por não contribuírem para o trabalho escolar propriamente dito (PERRENOUD, 1988).

Consideramos nesta perspectiva, que viver situações concretas no cotidiano da educação oferece subsídios para uma reflexão teórica acerca desta prática, como firma de revê-la e transformá-la.

Por este motivo, decidimos realizar um resgate de nossa história como professora e coordenadora da pré-escola e posteriormente como aluno de um curso de Educação Básica à nível superior; buscando refletir sobre esses momentos como forma de melhor entendê-los e analisá-los à luz do que estamos aprendendo e vivenciando atualmente, inseridos num programa de Pós-graduação em Educação: Currículo.

A história de vida na pesquisa educacional

Ao pretendermos realizar uma retrospectiva histórica de nossa vida como profissional atuante na Educação Infantil consideramos necessário inicialmente, abordar historicamente a maneira como o método da História de Vida vem se desenvolvendo e os desdobramentos de sua utilização nas pesquisas educacionais no Brasil.

Nas pesquisas em educação, a história de vida tem adquirido uma importância crescente nos estudos sobre os professores e suas práticas de ensino. NÓVOA nos oferece inúmeras referências sobre a utilização desta técnica em seu livro “Vidas de Professores”, abordando de maneira significativa sua utilização na interpretação da trama vivenciada pelos professores em suas experiências educativas.

Os professores têm passado por momentos difíceis nos últimos vinte anos. Inúmeros fatores têm contribuído para reduzi-los às suas competências técnicas e profissionais, ameaçando-os de serem substituídos por máquinas ou sistemas não humanos de educação. Eles encontram-se por essa situação esvaziados de uma afirmação própria da dimensão pessoal da sua profissão (COLE e WALKER, 1989; POWELL e SALITY, 1990).

CAPÍTULO II

Revisitando Minha História de Educadora

Em maio de 1984 chequei em Tomé-Açu, município do Estado do Pará. Recém-formada do curso de Magistério, fui buscar no

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

interior a minha primeira oportunidade de trabalhar como professora primária uma vez que em Belém, capital do Estado, não havia vagas para professores recém-formados e sem experiência de sala de aula.

Iniciei meu trabalho como professora na escola mais famosa do município, “Dr. Fábio Luz”, uma escola pública de primeiro grau que atendia entre outras crianças, a um grande número de filhos de japoneses, pelo fato do município sediar uma colônia de imigrantes oriundos do Japão.

Fui designada para atuar com uma turma de pré-escola, atitude que tinha uma razão de ser: para a direção da Escola, o fato do professor ter pouca experiência de sala de aula – como no meu caso – era fortemente levado em consideração na hora de distribuir as turmas para os respectivos professores.

Em regra geral o que se percebia, era que os professores que estivessem chegando à Escola e que porventura tivessem pouca experiência de sala de aula, geralmente eram destinados às turmas de pré-escola ou alfabetização.

No último dia letivo, ao concluir minha primeira experiência real de sala de aula, eu já me sentia muito mais confiante. O reconhecimento do meu trabalho por parte dos pais das crianças, da direção da escola e de meus colegas professores, me encorajaram a prosseguir minha carreira de professora sem perder de vista a necessidade constante de aprimorar minha prática docente.

Continuei nesta Escola por mais 4 anos, trabalhando inicialmente em outras turmas de 1ª a 4ª série; e nos dois últimos anos fui designada a trabalhar com turmas de 5ª a 8ª série, lecionado as disciplinas de Português e Técnica de Redação. Ao conquistar a confiança da direção da escola, fui “promovida” portanto, para trabalhar em séries mais avançadas.

Em março de 1989, ao completar o 5º ano de experiência trabalhando no interior, decidi retornar à Belém. Fui transferida para uma escola de periferia na Capital, onde trabalhei por

8 meses com uma turma de 4ª série primária. No início de 1990, após prestar o exame de vestibular, eu ingressei no Instituto Superior de Educação do Pará – ISEP, para cursos Licenciatura Plena em Educação Básica do Pré-Escolar à 4ª série. A partir deste momento inicia-se uma nova fase em minha vida, tão marcante quanto a primeira.

O ideário pedagógico do Instituto Superior de Educação do Pará – ISEP foi concebido fundamentalmente pelo Professor Pedro Demo, consultor deste projeto no período de 1989 a 1991. Ele se propunha a viabilizar uma proposta de reformular a formação e a prática pedagógica e política do professor de Educação Básica; como também, desencadear um processo histórico de valorização e dignificação dos profissionais que atuam na educação das crianças de 0 a 10 anos; favorecendo, concomitantemente, uma visão totalizante do desenvolvimento infantil.

O meu ingresso posterior no curso de Pós-graduação em Educação: Supervisão e Currículo da PUC/ SP possibilitou a ampliação de minhas referências teóricas acerca da Educação Infantil, contribuindo para o melhor entendimento das inquietações e conflitos presentes em minha prática cotidiana.

O estudo sistemático dos autores que vêm pesquisando e produzindo as teorias neste campo, proporcionou-me uma interpretação mais consistente de minha experiência como professora da Educação Infantil em muito contribuiu para uma ação ingênua e reprodutora do tradicionalismo, predominantes em grande parte dos cursos de magistério em nosso país.

Hoje, ao rememorar o trabalho pedagógico que desenvolvi com as crianças da Escola Fábio Luz, compreendo que a dificuldade de acesso às contribuições dos teóricos da Educação Infantil em muito contribuiu para uma ação ingênua e reprodutora do tradicionalismo, predominantes em grande parte dos cursos de magistério em nosso país.

O ingresso no Instituto Superior de Educação do Pará, apesar de proporcionar um contato direto com prática de pesquisa no campo

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

educacional, não foi suficiente para avançarmos no entendimento das transformações que os educadores e as instituições vem efetivando em suas concepções e praticas nesta etapa escolar.

Minha atuação como coordenadora pedagógica da Pré-Escola na Secretaria de Educação revelou que o acúmulo teórico obtido na universidade, com a realização de um curso Superior em Educação Básica, foi imprescindível para uma atuação diferenciada junto aos professores da Pré-Escola, muito embora ainda insuficiente para as transformações requeridas por uma prática significativa na Educação Infantil.

Uma revista à minha história de vida enquanto educadora no campo da Educação Infantil, foi imprescindível portanto para que eu pudesse compreender a importância da realização de um aprofundamento teórico como pré-requisito básico para a efetivação de uma prática mais consistente nesta etapa escolar.

Este resgate histórico incentivou-me a realizar um estudo mais aprofundado sobre as tendências pedagógicas que têm permeado a prática educativa dos profissionais que atuam na Educação Infantil, utilizando como referência as ações que realizei e os dilemas que enfrentei atuando neste campo educacional específico. Tal estudo será imprescindível par que possamos compreender e interpretar as ações, diretrizes e perspectivas que atualmente se apresentam como desafios para uma atuação transformadora no campo da Educação Infantil.

CAPÍTULO III

Minha Análise das Tendêncaís Pedagógicas Presentes na Educação Infantil

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

Por conta da realização dos trabalhos monográficos que tínhamos que produzir ao final de cada disciplina presente na grade curricular no Curso de Graduação em Educação Básica, oferecido pelo Instituto Superior de Educação do Estado do Pará – ISEP; efetivei uma

pesquisa teórica sobre os autores que são referências das primeiras ações sistematizadas no campo da Educação Infantil.

Neste sentido, considerando os estudos mais recentes sobre as transformações que o campo da Educação Infantil vem enfrentando no Brasil; este capítulo pretende analisar as tendências e concepções presentes neste campo educacional à luz dos inúmeros conflitos e dilemas que vivenciei em minha prática cotidiana como educadora na pré-escola.

CAPÍTULO IV

As Políticas Públicas Voltadas para a Educação Infantil: um começo de conversa

A minha história como pesquisadora sobre a Educação Infantil iniciou-se no Instituto Superior de Educação do Pará – ISEP, com o estudo dos autores que são referência das primeiras ações sistematizadas neste campo educacional.

O meu ingresso posterior, no curso de Pós-Graduação em Educação: Currículo, ampliou minhas perspectivas de pesquisa neste campo, exigindo uma consistência teórica mais significativas que pudesse referenciar minha produção acadêmica.

Neste sentido, objetivando compreender as dificuldades e os desafios que o campo da Educação Infantil vem enfrentando na atualidade, senti a necessidade de realizar uma análise das proposições presentes nas políticas públicas voltadas para o atendimento da criança de 0 a 6 anos em nosso país.

Sem a pretensão de realizarmos um estudo exaustivo destas políticas, a análise que daremos início a seguir, se insere na minha trajetória histórica como educadora e pesquisadora no campo da Educação Infantil, com o intuito de elucidar e fundamentar teoricamente os conflitos e os dilemas que

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

têm estado presentes em minha prática de educadora nesta etapa escolar.

A educação infantil na legislação brasileira

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, dedicava somente dois artigos à educação pré-primária:

Art. 23 – A Educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolar maternais ou jardins de infância.

Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária¹.

A Lei número 5.692, de 1971, que fica diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em seu Artigo 19 do Capítulo II, dispõe sobre a educação pré-escolar: *“Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a 7 anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes”*.

Esta Lei, como a anterior, sugere aos sistemas de ensino que estimulem as empresas que tenham como funcionários mães de crianças menores de 7 anos a *“organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o poder público, educação que preceda o ensino do primeiro grau”* (Art. 26).

Segundo KRAMER (1995), tal abordagem da educação pré-escolar, a nível de legislação, pode ser criticada por sua superficialidade e também por não apresentar as formas de viabilizar, na prática, o atendimento. Pode-se indagar, o que significa “velar” e como podem ser “estimuladas” as empresas públicas e privadas,

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, N° 6, V. 2, 2006

1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024 de 20/12/1961, Cap. I. Título IV, Artigos 23 e 24.

autarquias e fundações, para que forneçam educação pré-escolar aos filhos de funcionários.

DIDONET (1992) afirma que a Lei 5.962/71 não contribuiu para o desenvolvimento da educação pré-escolar, e que inúmeros estudiosos consideram-na como um retrocesso.

Em suas reflexões, esse Autor considera também, que haviam aberturas pelo fato de não existirem definições e delimitações rígidas presentes nesta legislação. Ele analisa como as possíveis aberturas podem ser exploradas, enfatizando a necessidade de se elaborar legislação específica para a educação Pré-Escolar.

A ausência de legislação, no entanto, não significa ausência de política. Ao contrário, ela caracteriza a política educacional voltada para o pré-escolar, como estagnada e omissa, plenas de discursos com recomendações, sugestões e interpretações e vazia de medidas concretas de amplo alcance.¹

Apesar das dificuldades que tem enfrentado o campo da Educação Infantil no Brasil, sobretudo com relação ao acesso dos filhos dos grupos menos favorecidos de nossa sociedade, passos significativos têm sido dados nos últimos anos para a garantia da consolidação do atendimento educacional às crianças menores de 7 anos.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 significa um marco histórico para o lançamento dos princípios de implementação de novas políticas para a infância no Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, foi considerado pelo UNICEF uma das legislações mais avançadas do mundo na área dos direitos da criança. O avanço trazido pelo Estatuto leva-o ser considerado a “Carta dos Direitos da Criança”.

O Estatuto reafirma em seu Art. 4º que dispõe o Art. 227 da Constituição Federal, anteriormente mencionado. No Capítulo IV,

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

¹ KRAMER, Sônia, A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 1995.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER, o Estatuto reafirma que “*A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho[...]*”.

No Art. 54, inciso IV, ao referir-se ao dever do Estado em matéria de Educação, reforça o dispositivo constitucional de nossa Constituição (Art. 208).¹

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB nº 9.394/96, é a primeira Lei geral da Educação a tratar especificamente da Educação Infantil. Ela dedica-lhe a sessão II, do capítulo II, definindo objetivos, competências administrativas e as especificidades do processo de avaliação. No Art. 62, ela estabelece que a exigência de formação mínima para os educadores que atuarão neste campo é o curso de nível médio na modalidade Normal.

A nova LDB estabelece que a Educação Infantil é parte construtiva da educação básica, conforme afirma seu Artigo 29: “*A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade*”.

Ela estabelece também, a especificidade da avaliação na Educação Infantil, sem o objetivo da promoção, conforme ser Artigo 31: “*Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental*”.

Meus comentários sobre a Política Nacional de Educação Infantil

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 6, V. 2, 2006

A minha participação no IV Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de 0 a 6 anos, realizado em Brasília-DF, em novembro de 1996, foi fundamental para que eu pudesse

compreender com maior clareza, as discussões que hoje se fazem presentes nas proposições das atuais políticas públicas voltadas para o campo da Educação Infantil no Brasil.

Neste evento, tive acesso aos resultados das pesquisas e avaliações mais recentes sobre este campo educacional, apresentados por diversos especialistas da área, como também a uma série de documentos produzidos por instituições que atuam, fomentam ou definem legislações sobre o atendimento sócio-educacional das crianças de 0 a 6 anos em nosso país.

Entre esses documentos, destacamos particularmente a proposta de política de Educação Infantil elaborada pelo MEC. Este documento contou com a participação de segmentos governamentais e não governamentais envolvidos neste campo e com o apoio da Comissão Nacional de Educação Infantil coordenada pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC¹.

Tal proposta foi aprovada em 1994 como a Política Nacional de Educação Infantil e nela são explicitados os objetivos, as diretrizes gerais e as linhas de ação prioritárias que deverão orientar a ação do MEC em parceria com os outros segmentos que atuam na Educação Infantil.

Minhas Considerações Finais sobre este Estudo

O presente estudo que ora estou concluindo apresenta o resultado do esforço que dediquei em minhas pesquisas sobre o campo da Educação Infantil por ocasião da realização do curso de mestrado em Educação: Supervisão e Currículo na PUC/ SP.

Sem pretender esgotar a discussão sobre os caminhos e descaminhos da Educação Infantil, este estudo explicita os avanços que conquistei

¹ Participam da Comissão Nacional de Educação Infantil, além de órgãos do MEC, da área da assistência e da saúde, de âmbito Federal, o Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o CRUB, CONANDA, OMEP/ Brasil, CNBB/ Pastoral da Criança, UNICEF e UNESCO.

ao longo de minha trajetória enquanto educadora e pesquisadora deste campo educacional.

Tendo utilizado como foco a minha história de vida para a realização de uma análise mais ampla das dificuldades que a Educação Infantil vem enfrentando na atualidade em nosso país, pude compreender a importância de buscar na memória da experiência por mim vivenciada, fatos marcantes e dilemas que precisam ser investigados como pré-requisito para a transformação de minha prática educativa.

Por outro lado esta revisita à minha história de vida veio também favorecer uma melhor compreensão das tendências pedagógicas que têm permeado o cotidiano dos profissionais e instituições que atuam no campo da Educação Infantil; como também, das políticas públicas voltadas para o atendimento educacional das crianças de 0 à 6 anos.

Hoje, podemos considerar, que em termos teóricos, vêm se ampliando as reflexões sobre as concepções de Educação Infantil, resultando num acúmulo significativo de proposições e conquistas em termos da legislação e de políticas com relação à essa faixa etária. Entretanto, o cotidiano de sala de aula tem demonstrado que estes avanços ainda não se concretizam em práticas efetivas.

Esta situação se constata a partir dos índices oficiais de exclusão escolar apresentados neste estudo, sobretudo das crianças que pertencem às classes menos favorecidas de nosso país, que enfrentam inúmeras dificuldades de adequar-se às exigências impostas pela escola.

Por parte de um grande número de educadores e instituições que atuam na educação infantil, as concepções compensatórias, que objetivam solucionar os problemas da criança "culturalmente carente", e as preparatórias, que preocupam-se basicamente com a etapa escolar seguinte; são predominantes, constituindo-se em um dos grandes problemas que este campo educacional enfrenta.

Referências

- ABRANTES, Paulo Roberto. *O Pré e a Parábola da Pobreza*. IN. Cadernos Cedes. N. 9. 3. ed. Campinas: Papirus, 1991.
- AMORIM, Marília. *Atirei o Pau no Gato: A Pré-Escola em Serviço*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ANGOTTI, Maristela. *O Trabalho Docente na Pré-Escola: Revisitando Teorias, Descortinando Práticas*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: Quero, 1979.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei Número 9.394)*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- CAMPOS, Maria Malta et al. *Creches e pré-escolas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Cortez, 1995.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COSTA, Marisa Vorraber (org). *Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1996.
- ESTEBAN, Maria Teresa. *Jogos de Encaixe: Educar ou Formatar desde a Pré-Escola?* IN. GARCIA, Regina Leite. *Revisitando a Pré-Escola*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org). *Tá pronto seu lobo? Didática/ Prática na Pré-Escola*. São Paulo: Ática, 1988.
- GARCIA, Regina Leite (org). *Revisitando a Pré-Escola*. São Paulo: Cortez, 1993.
- HUET, Bernard. *Uma reflexão sobre o papel do professor de pré-escola*. IN. Série Idéias. N. 14. São Paulo: FDE, 1992.
- IPEA. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília/ DF: PNUD, 1996.

KISHIMOTO, Tisuko Mochida (org). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 1996.

KRAMER, Sônia (org). *Com a Pré-Escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil*. São Paulo: Ática, 1989.

MACHADO, Maria Lúcia A. *A utilização do jogo na pré-escola: a busca de um caminho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NÓVOA, Antonio (org). *Vidas de Professores*. Portugal: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, Zilma de M. R. de (org). *Educação Infantil: muitos olhares*. São Paulo: Cortez, 1994.